

## **IMPASSE MILITAR NO FINAL DE 1983**

Luiz Carlos Bresser-Pereira

*Folha de S. Paulo*, 03.01.1984

1983 foi um mau ano para o Brasil. No plano econômico a recessão iniciada em 1981 transformou-se em depressão, ao mesmo tempo que a inflação dobrava de pata-mar: o produto interno decresceu 3,9% e a inflação alcançou 211%. O saldo comercial de 6,3 bilhões de dólares foi em parte uma vitória de Pirro porque logrado às custas da violenta redução das importações. A negociação da dívida externa foi uma somatória de equívocos durante primeiro semestre; ganhou mais consistência no segundo, mas permaneceu tímida e afinal não logrou a adesão necessária de todos os bancos para o modesto empréstimo Jumbo de 6,5 bilhões de dólares. A dívida externa cresceu como estava previsto. E a nossa credibilidade externa não aumentou em nada apesar de todo o sacrifício imposto à nação. As perspectivas para 1984 continuam negras: os empresários prevêem em geral um novo ano pior ou igual a 1983.

No plano político 1983 não foi melhor. Depois da vitória eleitoral das oposições em 1982, que obtiveram 58% dos votos populares nas eleições para a Câmara dos Deputados e mais do que isso nas eleições majoritárias para o Senado e os governos dos estados, o Brasil viveu o impasse político causado pela ilegitimidade do colégio eleitoral que elegerá o novo Presidente da República.

Esse impasse já estava definido no amanhecer das eleições de novembro de 1982, mas era de se esperar que durante 1983 ocorressem progressos no sentido de resolvê-lo. Esses progressos ocorreram, especialmente ao nível das classes dominantes que perderam o medo das eleições diretas, mas ficaram aquém das expectativas devido a pouca sensibilidade do governo.

O primeiro semestre foi lastimável. Enquanto os escândalos continuavam a estourar Delfim, Capemi, Coroa-Brastel, as classes dominantes e o PDS atiravam-se ao “jogo dos

presenciáveis”. Os empresários optavam por Aureliano ou por Beltrão, o presidente demonstrava preferência por Andreazza; e Paulo Maluf, apesar da fragorosa derrota do PDS em São Paulo e do desmoralizante governo que aqui realizou, corrompia com promessas e amabilidades de todos os tipos boa parte dos convencionais do PDS.

No segundo semestre, a percepção de que as eleições diretas são a única solução para a crise institucional em que se encontra o país ganhou toda a sociedade civil. E quase sensibilizou o presidente, conforme ficou claro em suas declarações durante a viagem à África.

O ano, entretanto, foi tristemente encerrado pelo discurso do presidente do último dia 29, em que se demitiu da coordenação da escolha do nome do novo presidente. Ele recebera essa delegação do PDS, que, ao fazê-lo, refletira as preocupações do alto comando militar. Ao devolver a delegação o impasse político brasileiro ganha uma nova dimensão: a dimensão militar.

A percepção de que chegou o momento de terminar o regime militar e eleger um presidente civil ocorrera também no primeiro semestre de 1983. No processo de transição, entretanto, pareceu aos militares que deveria caber ao seu representante maior, o presidente da República, ouvidos os membros do PDS e do restante da sociedade, coordenar a escolha do novo presidente. Só essa prerrogativa militar justificava para o próprio regime militar a existência de um colégio eleitoral não representativo, ao invés de um processo diretamente democrático de escolha do novo presidente.

Ao demitir-se dessa coordenação surge o novo impasse. Um instrumento espúrio como o colégio eleitoral cai nas mãos de civis, que declaram abertamente que o utilizarão em seu benefício próprio. A “legitimidade” do colégio eleitoral perante os militares desaparece imediatamente. E o impasse político ganha agora um perigoso ingrediente militar. De fato, a utilização por civis de um instrumento autoritário como é o colégio eleitoral para beneficiar interesses particulares é algo que será muito difícil de ser aceito pelos militares brasileiros.

E se afinal, apesar de tudo, um presidente for eleito por esse colégio eleitoral sem apoio nem do povo, nem da sociedade civil, nem dos militares é fácil imaginar que os

problemas políticos brasileiros só se agravarão: o Brasil estará dando uma demonstração de irresponsabilidade nacional.(03/01)